



GDF sinaliza com mais redução na Secretaria de Saúde

Atenção Vigilantes que prestam serviço na Secretaria de Saúde (Hospitais, Upas, Postos e Centros de Saúde) do DF



O Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF) alerta a categoria, principalmente os vigilantes que prestam serviço na Secretaria de Saúde, que o GDF está com a intenção de reduzir em até 25% as condições contratuais nas áreas de segurança privada e limpeza. Isto significa simplesmente demissão de trabalhador.

O Sindicato já está na luta para defender

o emprego e encaminhou correspondência diretamente ao governador Rollemberg alertando que essa medida, além de colocar em risco o patrimônio e a vida de usuários e funcionários da saúde, também tem graves consequências na questão social com o desemprego de pais e mães de família.

Veja a seguir o teor do ofício enviado ao governador:

Brasília, DF, 1º de setembro de 2016.

**Excelentíssimo Senhor,
Rodrigo Rollemberg
DD. Governador do Distrito Federal**

Excelentíssimo Senhor Governador,

É com grande preocupação que o Sindicato dos Vigilantes no Distrito Federal se dirige à V. Exª para tratar de questões cruciais para a garantia da segurança das unidades da Secretaria de Saúde do DF.

Temos informações que o Diretor de Apoio Operacional/COINFRA/SULIS/SES, senhor George Luiz Costa Carvalho, encaminhou correspondência aos diretores de Empresas de Segurança Privada e também aos diretores de Empresas de Asseios e Conservação convocando uma reunião, a pedido do Subsecretário de Logística e Infraestrutura da Saúde, para tratar de “supressão de até 25% das condições contratuais e esclarecer o andamento do procedimento licitatório de Limpeza e Vigilância”, conforme consta no referido documento.

Senhor Governador, a área da Saúde do Distrito Federal já vem trabalhando com déficit de segurança privada, situação essa que tem causado inúmeros conflitos, colocando em risco a segurança de pacientes, médicos e demais funcionários. É um setor que exige uma vigilância constante e permanente para defender o patrimônio e as vidas que circulam em hospitais, Upas, Centros e Postos de Saúde. Trabalho esse exercido pelos vigilantes com maestria, profissionalismo e compromisso e em inúmeras ocasiões os profissionais de saúde, principalmente os médicos, já se pronunciaram sobre a importância dos vigilantes nas unidades de Saúde e mais, da impossibilidade de trabalhar sem esses profissionais ou com número reduzido deles. Portanto, senhor Governador, não é uma suposição, é uma realidade amparada na mais absoluta verdade dos fatos.

Nesse sentido, vimos apelar a V. Exª para rever essa intenção, pois temos certeza que se tal fato se concretizar, estará instalado o caos nas unidades de Saúde. Sem falar da questão social que tal medida provocaria com a demissão de centenas de pais e mães de família e que soa, neste momento, como uma imensa crueldade, pois além de desempregar, coloca a população usuária do sistema e profissionais de saúde em situação de risco.

Temos a convicção que V. Exª, imbuído dos nobres propósitos de governar para os setores mais fragilizados da sociedade, que contam com o Estado para a garantia de sua cidadania, usará de toda a sensibilidade que o cargo requer para a não concretização dessa medida de redução do quadro de vigilância na Secretaria de Saúde.

Colocamo-nos à disposição de V. Exª para quaisquer esclarecimentos acerca do assunto, principalmente para buscar uma solução que preserve o emprego dos trabalhadores de segurança privada da Secretaria de Saúde do DF e demais terceirizados.

Ao ensejo desta, apresentamos a V. Exª nossas saudações respeitadas.

Atenciosamente,

**Jervalino Rodrigues Bispo
Presidente
Fonte: Sindesv-DF**

No AP, ato mobiliza vigilantes em frente à Sesa por salários atrasados

Paralisados, trabalhadores pedem pagamento de quatro meses em atraso. Vigilantes estavam em frente à Secretaria de Saúde nesta quinta (19).



Trabalhadores se reuniram em ato em frente à Sesa nesta quinta-feira (19) (Foto: Fabiana Figueiredo/G1)

Vigilantes da área da saúde que trabalham para o governo do Amapá fizeram mais um ato na manhã desta quinta-feira (19) em frente à sede da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), no Centro de Macapá. Eles cobram os pagamentos de salários atrasados desde maio, totalizando quatro meses.

Problemas com alimentação e transporte têm sido os mais frequentes na vida dos vigilantes, como é o caso de Edileusa Farias, de 44 anos. A renda que entra na casa dela é somente do marido, mas ainda assim enfrenta dificuldades.

“Essa falta de pagamento só nos traz problemas. A gente tem que emprestar dinheiro dos outros e tem uma hora que não tem de quem emprestar mais. Meu marido ajuda muito, só que a gente fica ao léu. Com uma alimentação ruim, eu não consigo acompanhar a educação dos meus filhos. Isso dá muito desânimo”, comentou Edileusa, que trabalha há

10 anos na profissão.

O vigilante Pedro Gomes, que atua na profissão há mais de 20 anos, diz que tem oito pagamentos pendentes desde 2014 para receber.

“Se a minha mulher não trabalhasse, a gente estaria passando fome em casa. Nós como trabalhadores sabemos que vem dinheiro, mas queremos saber para onde está indo esse dinheiro que não pagam os vigilantes, as merendeiras, os professores. O que adianta trabalhar sem receber? É o mesmo que estar desempregado”, reclamou Gomes.

O ato foi mobilizado pelo Sindicato dos Vigilantes do Amapá (Sindiviap), que informou que parte da categoria está paralisada desde julho e outra parte não está trabalhando desde a primeira quinzena de agosto.

Segundo a categoria, estão contabilizados quatro meses de salários em atraso e não há respostas do governo do estado quanto a quitação do débito.

“Aqui não estamos tendo respostas de nada. Não recebem a nossa categoria para nos falar se vão pagar ou não. Eu moro em Santana e trabalho em Macapá, não tenho transporte para ir trabalhar. Estamos devendo em lojas, passando fome com a família. Estamos com esse problema, e viemos atrás. Queremos nosso pagamento e nosso emprego”, comentou Benedito Silva, diretor sindical do Sindiviap.

Fonte: G1

Vigilante pressionado a votar em candidato a prefeito será indenizado por dano moral



A filial da empresa de segurança Khronos em Joinville terá de indenizar um vigilante que comprovou ter sofrido ameaças para votar em candidatos a prefeito e vereador nas eleições municipais de 2012, sob pena de ser demitido. Os desembargadores da 6ª Câmara do TRT-SC entenderam que houve abuso do poder hierárquico e ofensa ao direito de livre consciência do empregado e decidiram manter a condenação da empresa em R\$ 3 mil por danos morais, imposta em primeira instância pela 5ª Vara do Trabalho de Joinville.

No depoimento prestado à 5ª VT de Joinville, o vigilante contou que em 2012 foi ameaçado pelo gerente da empresa a votar em dois candidatos, sob pena de ser demitido. “Ou vota, ou dança” — teria dito o superior, que também passou a exigir que o funcionário pressionasse

seus subordinados a escolher os mesmos políticos, senão “cabeças” iriam “rolar”.

O trabalhador contou que o assédio acontecia pelo menos uma vez por semana e prosseguiu mesmo após as eleições daquele ano, na qual os candidatos apontados não conseguiram se eleger. Segundo o trabalhador, os vigilantes que se recusaram a manifestar apoio aos políticos foram sistematicamente demitidos nas semanas seguintes. A cada dispensa, ele escutava do superior que mais um colega estava sendo demitido “por sua causa”.

Coação

A empresa negou as acusações, apontando contradições e inconsistências nos depoimentos das testemunhas do ex-funcionário. Argumentou, também, que as testemunhas convidadas pelo autor depuseram não ter presenciado a coação, embora conhecessem o fato.

Na avaliação da juíza convocada Mirna Bertoldi, relatora do processo, mesmo com as divergências nos depoimentos o empregado conseguiu provar que foi pressionado a votar nos candidatos, o que configura “abuso do poder patronal”. O voto da magistrada foi aprovado por unanimidade no colegiado, e a empresa e o trabalhador não recorreram da nova decisão.

Fonte: TRT 12ª Região

Bancários deflagram greve nacional por salário e emprego a partir do dia 6

Trabalhadores aprovam paralisação por tempo indeterminado e cobram proposta decente da Fenaban



Todos os sindicatos que realizaram assembleia nesta quinta-feira (1) aprovaram greve a partir da próxima terça-feira, dia 6 de setembro, para os bancários e bancárias de bancos privados e públicos. Agora, o Comando Nacional dos Bancários aguarda a realização das assembleias marcadas para sexta (2).

Os bancários rejeitaram a proposta da Fenaban, apresentada no último dia 29, de reajuste de 6,5% no salário, na PLR e nos auxílios refeição, alimentação, creche, e abono de R\$ 3 mil. A oferta não cobre, sequer, a inflação do período, projetada em 9,57% para agosto deste ano e representa perdas de 2,8% para o bolso de cada bancário.

Os eixos centrais da Campanha Nacional 2016 são: reposição da inflação do período mais 5% de aumento real, valorização do piso salarial, no valor do salário mínimo calculado pelo Dieese (R\$3.940,24 em junho), PLR de três salários mais R\$ 8.317,90, combate às metas abusivas, ao assédio moral e sexual, fim da terceirização, mais segurança, melhores condições de trabalho. A defesa do emprego também é prioridade, assim como a proteção das empresas públicas e dos direitos da classe trabalhadora.

O lucro dos cinco maiores bancos (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa)

no primeiro semestre de 2016 chegou a R\$ 29,7 bilhões, mas houve corte de 7.897 postos de trabalho nos primeiros sete meses do ano. Entre 2012 e 2015, mais de 34 mil empregos foram reduzidos pelos banqueiros.

Roberto von der Osten, presidente da ContraF-CUT e um dos coordenadores do Comando Nacional, lembrou que os banqueiros fizeram uma proposta rebaixada e começaram a fazer uma disputa com os sindicatos valorizando sua proposta. “Uma desnecessidade! Eles sabem que a proposta é ruim, reduz salários, reduz VA, VR, reduz auxílios, não garante empregos, não traz nenhum avanço na saúde, segurança, condições de trabalho, igualdade de oportunidades nem avança para resolver a assimetria salarial entre homens e mulheres bancárias. Dizem que temos que ser criativos e fazer uma contraproposta.”

Ele ainda completou. “A nossa proposta está elencada criativamente em 128 artigos da Minuta de Reivindicações que construímos democraticamente debatendo com milhares de bancários e bancárias de todo o Brasil e que entregamos a eles no dia nove de setembro. Depois de cinco rodadas de negociação eles já deveriam estar nos valorizando. Podem fazer isso! Só no primeiro semestre os cinco maiores bancos lucraram mais de 29,7 bilhões de reais.”

Falta o quê para nos atender? Falta luta? Vai ter!!! As assembleias por todo o Brasil já responderam a provocação deles: só a luta te garante! E vamos lutar! Agora é greve!! No dia 5 de setembro, os bancários e bancárias voltam a se reunir em assembleia nos sindicatos para organizar o movimento e ratificar a decisão de greve, caso a Fenaban não apresente propostas que contemplem as reivindicações sociais e econômicas da categoria.

Principais reivindicações dos bancários

Reajuste salarial: reposição da inflação (9,57%) mais 5% de aumento real.

PLR: 3 salários mais R\$8.317,90.

Piso: R\$3.940,24 (equivalente ao salário mínimo do Dieese em valores de junho último).

Vale alimentação no valor de R\$880,00 ao mês (valor do salário mínimo).

Vale refeição no valor de R\$880,00 ao mês.

13ª cesta e auxílio-creche/babá no valor de R\$880,00 ao mês.

Melhores condições de trabalho com o fim das metas abusivas e do assédio moral que adoecem os bancários.

Emprego: fim das demissões, mais contratações, fim da rotatividade e combate às terceirizações diante dos riscos de aprovação do PLC 30/15 no Senado Federal, além da ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe dispensas imotivadas.

Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS): para todos os bancários.

Auxílio-educação: pagamento para graduação e pós.

Prevenção contra assaltos e sequestros: permanência de dois vigilantes por andar nas agências e pontos de serviços bancários, conforme legislação. Instalação de portas giratórias com detector de metais na entrada das áreas de autoatendimento e biombos nos caixas. Abertura e fechamento remoto das agências, fim da guarda das chaves por funcionários.

Igualdade de oportunidades: fim às discriminações nos salários e na ascensão profissional de mulheres, negros, gays, lésbicas, transsexuais e pessoas com deficiência (PCDs).

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

Proposta dos bancos rejeitada pelos bancários

Reajuste de 6,5% (representa perda de 2,8% para os bancários em relação à inflação de 9,57%).

Abono de R\$ 3.000,00 (parcela única, não incorporado aos salários).

Piso portaria após 90 dias - R\$ 1.467,17.

Piso escritório após 90 dias - R\$ 2.104,55.

Piso caixa/tesouraria após 90 dias - R\$ 2.842,96 (salário mais gratificação, mais outras verbas de caixa).

PLR regra básica - 90% do salário mais R\$ 2.153,21, limitado a R\$ 11.550,90. Se o total ficar abaixo de 5% do lucro líquido, salta para 2,2 salários, com teto de R\$ 25.411,97.

PLR parcela adicional - 2,2% do lucro líquido dividido linearmente para todos, limitado a R\$ 4.306,41.

Antecipação da PLR - Primeira parcela depositada até dez dias após assinatura da Convenção Coletiva. Pagamento final até 02/03/2017. Regra básica - 54% do salário mais fixo de R\$ 1.291,92, limitado a R\$ 6.930,54 e ao teto de 12,8% do lucro líquido - o que ocorrer primeiro. Parcela adicional equivalente a 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2016, limitado a R\$ 2.153,21.

Auxílio-refeição - R\$ 31,57.

Auxílio-cesta alimentação e 13ª cesta - R\$ 523,48.

Auxílio-creche/babá (filhos até 71 meses) - R\$ 420,36.

Auxílio-creche/babá (filhos até 83 meses) - R\$ 359,61.

Vale-Cultura R\$ 50 (mantido até 31/12/2016, quando expira o benefício).

Gratificação de compensador de cheques - R\$ 163,35.

Requalificação profissional - R\$ 1.437,43.

Auxílio-funeral - R\$ 964,50.

Indenização por morte ou incapacidade decorrente de assalto - R\$ 143.825,29.

Ajuda deslocamento noturno - R\$ 100,67.

Fonte: **Contraf-CUT**

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF